

## **A POLÍTICA AMBIENTAL NO BRASIL: IMPACTOS DO GOVERNO BOLSONARO**

**Ludimila Ramalho dos Santos**

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

**Gessiane Jaci Silva das Neves**

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

**Jhonathan de Oliveira Silva**

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

**Priscyla Maria Silva Rodrigues**

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

# RESUMO

O meio ambiente tem ganhado destaque em razão da crise climática que afeta todo o planeta, sendo preocupação desde o século XX até os dias atuais. Diante deste contexto o Brasil tem sido alvo de discussões devido a sua riqueza biológica atrelada principalmente a floresta Amazônica. Os debates envolvem a problemática que é, conservar os recursos naturais e ao mesmo tempo promover um desenvolvimento econômico. Nessa perspectiva a política ambiental brasileira já sofreu avanços e retrocessos. Contudo, desde 2018, com a eleição para presidente da República, quase todos os esforços para conservação foram nulos. Com, um presidente conservador, considerado um mito por seus seguidores e que prometeu o crescimento do Brasil a qualquer custo, a luta para romper a ideia de que a conservação do meio natural impede o crescimento econômico se tornou diária. Através de flexibilizações e enfraquecimento das leis, o governo (2019-2022) desmontou a pauta ambiental, colocando o Brasil num cenário nunca visto antes. Tendo em vista o cenário vivenciado, o presente trabalho buscou descrever as principais alterações na política ambiental brasileira durante o governo negacionista e suas consequências. Os dados obtidos por meio de revisão bibliográfica indicaram um retrocesso ambiental, aumento do desmatamento e conflitos com povos tradicionais. Houve também enfraquecimento do órgãos ambientais, incentivo a mineração e atividades potencialmente poluidoras, anistia à crimes ambientais, e ataques à ambientalistas e servidores públicos de órgãos como Ministério do Meio Ambiente. A política ambiental da época foi marcada por alterações na legislação, as quais, causam inúmeros impactos negativos que favorecem grandes empresários.

**Palavras-chave:** Conservação, Legislação Ambiental, Meio Ambiente.

## INTRODUÇÃO

O meio ambiente tem ganhado destaque nos últimos anos em razão da crise climática que afeta todo o planeta, sendo uma das maiores preocupações desde o século XX até os dias atuais (VIOLA; BASSO, 2016; VALE *et al.*, 2009; BLANK, 2015). As mudanças climáticas, juntamente com a destruição de habitats e pressões antrópicas, são os principais motores nas mudanças da biodiversidade em todo o mundo (BELTRAMINO *et al.*, 2015; TELES *et al.*, 2022). Tais alterações são consideradas como parte de uma nova era geológica conhecida como antropoceno, na qual as mudanças no planeta são promovidas pelas diversas ações humanas que transformam a natureza (VIOLA; BASSO, 2016; PINTO *et al.*, 2020).

Entre os impactos das mudanças climáticas causados na biodiversidade, destacam-se, alterações na distribuição, abundância e fenologia das espécies, bem como o aumento do risco de extinção (VALE *et al.*, 2009). Nesse contexto, o Brasil tem sido alvo de muitas discussões envolvendo a perda de *habitat* na região Amazônica, que atua como reguladora do clima, além de ser fonte da maior biodiversidade do mundo (MARCOVITCH; PINSKY, 2020).

Do ponto de vista histórico, o Brasil começou a enxergar a importância ambiental, a partir da década de 70, com o movimento ambientalista, que ainda tímido estava presente em poucos estados (FURRIELA, 2004). O movimento começou a atuar junto à política brasileira provocando um despertar de consciência ambiental na sociedade e em seus governantes (VIEIRA, 2016; BARROS-PLATIAU, 2011). Porém, somente na década de 90, avanços significativos foram vistos com a criação de importantes leis, como o Código Florestal, o Código de Caça e Pesca, o Código de Águas (ESTERCE; FERNADEZ, 2009). Nesse mesmo período, o setor empresarial começou a usar a conservação ambiental como estratégia de lucro, e os estudos sobre meio ambiente se tornaram mais técnicos (ALONSO; COSTA, 2002; SOUZA, 2002). Pode-se afirmar que, tal cenário se deu através da conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92), quando o Brasil, sendo o anfitrião, abriu espaço para debater problemas ambientais, comprometendo-se a fortalecer suas políticas ambientais (NASCIMENTO, 2014; SILVA 2022; ROSADO, 2000).

O resultado da Rio-92 foi a criação da Agenda 21, um documento que representa o compromisso ambiental assumido pelos países (SILVA *et al.*, 2019). Naquele momento, o Brasil tornou-se destaque na promoção da proteção ambiental, o qual assumiu o compromisso de crescimento sustentável (ARAÚJO; SIMAS, 2020). O país passou a ter sua própria agenda 21, com metas e planos focados principalmente na agricultura. Contudo, passado os anos, o que se tem visto é o não cumprimento dessa agenda, devido ao baixo esforço político (MARTINS *et al.*, 2015), associado principalmente ao sistema capitalista e seu modo de gerar lucros em detrimento ao meio ambiente (NETO *et al.*, 2018). Nessas circunstâncias, no mesmo ano da Rio-92, com governo de Itamar Franco (1992- 1995), após a renúncia de Collor, os compromissos assumidos tanto na Rio-92 quanto as metas da agenda 21 foram colocados em segundo plano (VIOLA, 1998). O mesmo aconteceu no governo seguinte, com o presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) (VIOLA, 1998).

Tal cenário demonstra a importância do estado na proteção ambiental, indo além da conscientização da importância do meio ambiente, no qual, o Estado precisa ser o órgão que promulga leis e atos de cunho ecológico (BRITO, 2005). Além de boas ferramentas jurídicas, é necessário um interesse político em se dotar de meios para fazer cumprir a lei (BRANDÃO, 2021).

Analisando uma perspectiva mais recente, o governo de Jair Messias Bolsonaro (2018-2022) foi alvo de críticas por sua postura em relação a pauta ambiental (SILVA, 2021). Considerando os governos anteriores, mesmo com as polêmicas envolvendo o projeto da transposição do rio São Francisco, no governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva (HENKES, 2014) e o novo Código Florestal, sancionado no governo da presidente Dilma Rousseff (PEREIRA, 2013), nunca a política ambiental foi tão ameaçada como desde a chegada da direita ao executivo federal nacional em 2016 com a posse de Michel Temer, após o *impeachment* de Dilma, seguida da eleição de Bolsonaro que assumiu em 2019 (MENEZES; JR, 2021).

Com um comportamento semelhante ao da Conferência de Estocolmo, no qual, o Brasil defendia o desenvolvimento a qualquer custo (ROMEIRO, 2012), o governo de Bolsonaro ultrapassou barreiras legais para justificar suas ações pela emergência do crescimento econômico, resultando uma imagem

negativa do país, como foi noticiado por quatro jornais latino-americanos (NOGUEIRA *et al.*, 2020).

A perspectiva tornou-se preocupante, quando assim que eleito, mostrou forte intenção de flexibilizar o licenciamento ambiental, fazendo diversas declarações as quais despertou preocupação dos cientistas e pesquisadores sobre o futuro da política ambiental do Brasil durante seu mandato (FEARNSIDE, 2019). A ideia de unir o Ministério do Meio Ambiente ao Ministério da Agricultura, dias após a posse, também foi um fato alarmante. No entanto, a fusão não aconteceu, devido à preocupação com o possível impacto negativo com o comércio exterior (SCANTIMBURGO, 2018). Com essa posição controversa, anos de esforços para fazer do Brasil uma potência em conservação e proteção ambiental passaram a ser ameaçados com a posse do presidente em 2019, deixando o país num cenário de desmonte ambiental como nunca visto antes (ANDRADE; OLIVEIRA, 2021).

Outro ponto sobre a governança ambiental de Bolsonaro é o enfraquecimento dos órgãos ambientais, como o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) através Decreto nº 10.455/2020 e da Portaria nº 411/2020, respectivamente. A centralização do poder, diminuição da participação civil na tomada de decisão, ocupação de militares dentro dos grandes órgãos, falta de investimentos em conjunto com a redução de orçamento (ARAÚJO, 2020), são algumas das ações que mostram não só como a conservação estava longe de ser prioridade do seu governo, mas que era julgada como empecilho para o crescimento do país.

Não há dúvidas de que entre 2019 e 2022 o Brasil enfrentou um momento de desmonte da política ambiental, na qual, foi violada e enfraquecida todos os dias, por meio de novas normas, decretos e leis que buscaram explorar todos os recursos sem haver nenhuma preocupação com os danos causados (AVILA; TIerno, 2020; MARCOVITCH; PINSKY, 2020). Ao analisar os compromissos assumidos na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 21) em 2015, percebe-se que as metas foram alcançadas nos anos de 2009 e 2010 no governo Lula, quando o Brasil atingiu a 50% na redução do desmatamento na Amazônia Legal em relação ao ano de 2004, mostrando os esforços do governo para atingir bons resultados (FRANCHINI *et al.*, 2020). Todavia, esse cenário se manteve por pouco tempo. Após 2012, o desmatamento

e a emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE) continuaram a crescer (MARIN; MASCARENHAS, 2020).

O governo Bolsonaro não teve profissionais qualificados assumindo os cargos de alta relevância ambiental (SILVA *et al.*, 2020; SOARES, 2020). No discurso da 75ª Assembleia Geral da ONU em setembro de 2020, Bolsonaro afirmou que somos exemplos em conservação:

“Somos líderes em conservação de florestas tropicais. Temos a matriz energética mais limpa e diversificada do mundo.”

“Mesmo sendo uma das 10 maiores economias do mundo, somos responsáveis por apenas 3% da emissão de carbono.”

“Garantimos a segurança alimentar a um sexto da população mundial, mesmo preservando 66% de nossa vegetação nativa e usando apenas 27% do nosso território para a pecuária e agricultura.”

“Os focos criminosos são combatidos com rigor e determinação. Mantenho minha política de tolerância zero com o crime ambiental.” (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

Foi um governo negacionista, intolerante, que atuou contra pobres e indígenas, composto por uma maioria expressiva de parlamentares e de ministros que buscavam enfraquecer a democracia, a ciência e a tudo que se propusesse contrário aos seus interesses (FILHO, 2020).

Nossa floresta é úmida e não permite a propagação do fogo em seu interior. Os incêndios acontecem praticamente, nos mesmos lugares, no entorno leste da Floresta, onde o caboclo e o índio queimam seus roçados em busca de sua sobrevivência, em áreas já desmatadas (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

Com a desculpa de manter a soberania do país, a gestão de Bolsonaro recusou verbas e investimentos estrangeiros para proteção da Amazônia, rompendo diálogos importantes sobre a conservação da maior floresta tropical do mundo (MARCOVITCH; PINSKY, 2020).

“A Amazônia brasileira é sabidamente riquíssima. Isso explica o apoio de instituições internacionais a essa campanha escorada em interesses escusos que se unem a associações brasileiras, aproveitadoras e impatrióticas, com o objetivo de prejudicar o governo e o próprio Brasil” (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

“No pantanal, as grandes queimadas são consequências inevitáveis da alta temperatura local, somada ao acúmulo de massa orgânica em decomposição” (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

Os ataques do ex-presidente por meio de discursos e falas, e o desmonte propostos nas leis ambientais, demonstram o retrocesso da política ambiental brasileira no período 2019 a 2022 e o expressivo avanço da exploração demasiada. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo identificar e analisar as principais violações da política ambiental impostas pelo governo, bem como, descrever as principais consequências ecológicas de tais ações.

## DESENVOLVIMENTO

Para a análise da pauta ambiental do governo Bolsonaro e de seus impactos utilizou-se como metodologia a realização de uma revisão de literatura de monografias, teses, dissertações, ebooks, relatórios e; artigos, consultas a dados oficiais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e da plataforma do governo Federal LexML, uma base de dados que reúne informações legislativa e jurídicas, contendo decretos, leis, normas de todo o país. Também foi realizada consulta a entidades civis e organizações não governamentais/ONGs e notícias da mídia tradicional.

Os trabalhos foram selecionados no idioma português e inglês; sendo considerados principalmente os trabalhos a partir de 2018 visando o início da candidatura do presidente Jair Bolsonaro até agosto de 2022. Este trabalho é descritivo, abrangendo a legislação ambiental e suas mudanças ao longo do mandato de Jair Bolsonaro, utilizando dados públicos secundários de órgãos ambientais e trabalhos acadêmicos.

As buscas foram realizadas usando a associação das palavras-chaves: Bolsonaro, política ambiental, Brasil, legislação ambiental, conservação, retrocesso e ecologia, através do Google Acadêmico, Google e *Scielo*, no período

entre julho de 2021 a agosto de 2022. Para o levantamento das principais leis em processo de alteração foram considerados os seguintes descritores: desmatamento, licenciamento ambiental, povos tradicionais, mineração e flexibilização dos órgãos ambientais.

A revisão bibliográfica indicou que a política ambiental do Brasil passou por avanços e retrocessos ao longo dos anos, e que tais mudanças são resultados de uma busca por desenvolvimento, às vezes aliado do meio ambiente, outras não. Os dados utilizados na construção desse trabalho indicam que o Brasil enfrentou um desmonte das políticas ambientais. Não foi encontrado nem um documento, relatório, ou artigo que afirmasse diferente. Dos mais de 100 estudos pesquisados, todos discutem como o governo impactou negativamente o meio ambiente, e conseqüentemente, a qualidade de vida das pessoas, principalmente, os povos tradicionais.

### **Políticas ambientais do governo Bolsonaro**

Os resultados encontrados apontaram que em menos de quatro (4) anos de mandato do ex-presidente foram realizadas 13 alterações principais na política ambiental (Tabela 1), as quais, nenhuma executou os compromissos feitos pelo Brasil nos acordos internacionais. O alvo principal foi alterar leis, já existentes, para facilitar a exploração ambiental, gerar lucro financeiro para empresários e fortalecer as uniões políticas visando uma reeleição.

**Tabela 1.** Cronologia das principais mudanças de leis do governo Bolsonaro.

DATA	LEGISLAÇÃO	TEMA
Mai/2019	Decreto 9.806/19	Alteração a composição e funcionamento do CONAMA
Jul/2019	Instrução Normativa IBAMA nº 20 /2019	Alteração à proteção da Mata Atlântica
Out/2019	MPV 910/2019	MPV da grilagem
Out/2019	Decreto 9.760/2019	Regulamentação de infrações e sanções administrativa
Fev/2020	PL 191/2020	Mineração em terras indígenas
Mar/2020	Portaria nº 560/2020	Centralização do Ibama
Mai/2020	Portaria nº 411/2020	Código de conduta do ICMBio
Ago/2020	Decreto 10455/2020	Alteração da estrutura do MMA
Mai/2021	PL 3729/04	Votação da PL do Licenciamento na Câmara
Ago/2021	PL 2633/2020	Aprovação da PL da grilagem na Câmara
Jan/2022	Decreto 10.935/2022	Enfraquecimento de proteção às cavernas
Fev/2022	PL 6299/02	Aprovação na Câmara do PL do Veneno
Mar/2022	PL 191/2020	Aprovação do requerimento de regime de urgência do projeto de lei 191/2020

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2022).

Em 29 maio de 2019 entrou em vigor o Decreto nº 9.806/2019 que dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) (BRASIL, 2019a). O decreto reduziu drasticamente a participação civil de 22 para 04 representantes, e o mandato das entidades ambientais foi reduzido de dois (2) para um (1) ano, sendo escolhidos não mais por um processo eleitoral, mas por sorteio (CERQUEIRA, 2021). Órgãos essenciais para discussão ambiental como o ICMBio também perderam vagas, como também representantes de povos tradicionais, indígenas, trabalhadores e cientistas não possuíam mais espaço no conselho, e os municípios que contavam com oito assentos, foi reduzido para dois (LOVATO, 2019).

O decreto foi criticado primeiro, por ferir o direito da participação pública na tomada de decisões sobre pautas ambientais, e segundo por demonstrar o intuito do governo federal em enfraquecer os órgãos ambientais e aumentar seu poder de influência e controle sobre os eles (HARTWIG, 2020). Mesmo que a redução de cadeiras tenha sido proporcional para todos os envolvidos, o governo federal permaneceu maioria, representando apenas o interesse político (FERREIRA, 2021).

A centralização de um órgão como o CONAMA representa um retrocesso enorme na proteção das diretrizes e políticas governamentais para o meio

ambiente, bem como para a democracia (FERNANDES, 2022). Com o decreto, o enfraquecimento do CONAMA e de seu papel deliberativo continuou, a revogação da resolução 284/2000 é um exemplo disto, uma importante resolução que prevê parâmetros para licenciamento ambiental, uso da água, Áreas de Preservação Permanente - APPs (WINCKLER *et al.*, 2008). Se o conselho não tivesse passado por uma reestruturação, um maior número de representantes poderia ter discutido melhor sobre o assunto (AMORE, 2021). Outras normas também foram revogadas a partir do decreto, como a norma que prevê proteção em restingas e manguezais, porém, o Supremo Tribunal Federal - STF suspendeu as medidas arbitrárias.

Seguindo a discussão do desmonte da legislação, em julho de 2019 o IBAMA publicou a Instrução Normativa (IN) nº 20/2019 (tabela 1) que alterou na IN nº 9, de 25 de fevereiro de 2019, a qual estabelece critérios e procedimentos para anuência prévia à supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração, dentre outras providências (BRASIL, 2019b). Ou seja, a medida facilita a supressão em área de Mata atlântica, seu art. 14-A e 14-B cita a possibilidade do infringente recorrer diretamente ao presidente ou superintendente, já no seu Art 2º é citada a redução da compensação ambiental por supressão da vegetação sem anuência do órgão (BRASIL, 2019b).

No que tange a ecologia, a forte ação humana sobre a diversidade biológica fez da Mata Atlântica uma das áreas prioritárias em conservação do mundo (PINTO *et al.*, 2006), logo a normativa se torna mais um desafio entre tantos já enfrentados para a conservação do bioma. Ademais, a destruição de florestas aumenta o grau de isolamento das espécies, bem como interferem nos processos dispersão e polinização, impactando não só no funcionamento do ecossistema, mas a vida humana a qual é dependente desses serviços (TAMBOSI *et al.*, 2013).

A Medida Provisória (MP) nº 910/2019 (tabela 2) assinada pelo presidente Jair Bolsonaro, conhecida como MP da grilagem, também representa uma ameaça às florestas (BRASIL, 2019c). Essa MP trata da regularização fundiária de ocupações em terras da União (BRASIL, 2019c).

**Tabela 2.** Descrição da finalidade, mudanças e impactos das legislações propostas pelo governo Bolsonaro.

LEGISLAÇÃO	FINALIDADE	MUDANÇAS	IMPACTOS
Instrução Normativa nº 20/2019	Facilitar a supressão de vegetação em área de Mata atlântica	art. 14-A e 14-B cita a possibilidade de o infrigente recorrer diretamente ao presidente ou superintendente;  art. 2º cita a redução da compensação ambiental para a supressão sem anuência do órgão.	Destuição do bioma que gera aumento do grau de isolamento das espécies;  alteração das interações ecológicas (dispersão e polinização).
Medida Provisória 910/2019 (MPV da grilagem)	Tratar da regularização fundiária de ocupações de terras da União	Anistia para quem ocupou terra pública entre o ano de 2011 e 2018;  prorrogação do prazo para renegociação para quem descumpriu regras;  possibilita alienamento de terras do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.	Aumento do desmatamento e conflitos por terras;  representação de um governo que serviu aos madeireiros, grileiros e ruralistas.

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2022).

A medida representa um retrocesso frente a proteção da Amazônia, que disfarçada de regularização fundiária atende apenas interesses econômicos para exploração ilegal da região (BRITO; BARRETO, 2020). Como alterações temos: (i) anistia para quem ocupou terra pública entre o ano de 2011 e 2018; (ii) concessão de prorrogação do prazo para renegociação para quem descumpriu regras; (iii) concessão de novos títulos sem uma análise no banco de dados (ZENERATTI, 2021; CUNHA, 2021).

A medida ainda prevê que, áreas que sofreram crimes ambientais possam ser alienadas, inclusive por agentes suspeitos de delito ambiental e possibilita o alienamento de terras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, o que não era permitido, a medida segue com uma série de alterações que impactam negativamente os povos tradicionais e a Amazônia Legal (NUNES, 2020; ZENERATTI, 2021). Enquanto os povos tradicionais esperam anos para conseguir regularizar suas terras, grandes empresários tem o processo individual facilitado (MONTEIRO *et al.*, 2019).

Desta maneira, se espera um aumento no desmatamento que está diretamente relacionado com crise climática pela liberação de gases do efeito estufa (BRITO; BARRETO, 2020), o aumento de conflitos por terras, a qual passa ser tratada pelo Estado como mercadoria, desconsiderando todas as questões culturais e socioambientais existentes num território (RIBEIRO, 2021), bem como, reforça a comprovação de um governo que serviu aos madeireiros, grileiros e ruralistas (TORRES *et al.*, 2020).

Observa-se que a MPV abre brechas para os grileiros atuarem, tomando posse de maneira ilegal das terras, dificultando a aplicação da política de reforma agrária (ROCHA; PORTO, 2020). Apesar de não ter sido votada no tempo estabelecido e ter sido válida apenas por cinco meses, graças a mobilização de ambientalistas e sociedade civil (KLUCK, 2020), a medida deu lugar ao Projeto de Lei (PL) nº 2.633/2020 (CHAGAS, 2020) que, sem retirar as alterações aqui citadas, foi aprovada pela câmara em dezembro de 2021, e desde então, segue em tramitação em busca de aprovação do senado federal.

Até aqui foram citados alguns meios de executar políticas em defesa do meio ambiente, neste sentido, o presente trabalho não poderia deixar de mencionar a importância da fiscalização e das sanções administrativas no controle de infrações ambientais. De acordo com a Constituição Federal, Art. 225, § 3º:

as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (BRASIL, 1988).

Tais penalidades podem ser administrativas, penais e civis, e sua aplicação é obrigatória, podendo ter caráter punitivo, preventivo e reparativo (SILVA; RANGEL, 2019). Uhr e Uhr (2013) destacam que as sanções são um bom mecanismo de combate a crimes ambientais, tendo em vista que as aplicações de medidas judiciais impactam a imagem do infrator podendo acarretar prejuízos financeiros. Entretanto, essas disposições também foram alvo de mudanças, o Decreto nº 9.760/2019 altera o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações (BRASIL, 2019d)

O objetivo principal do decreto é conciliar os processos administrativos sobre as questões ambientais, diminuindo a grande demanda dos processos existentes (BRASILEIRO *et al.*, 2020). Com o decreto em questão o infrator será encaminhado a participar de uma audiência de conciliação antes de apresentar defesa a sanção imposta (FREITAS, 2019). O texto possibilita que o pagamento da multa possa ser parcelada, e até mesmo convertida em serviços ambientais, exceto quando houver morte humana (BRASIL, 2019d). Logo, o decreto se apresenta como uma medida que pode facilitar o processo administrativo de multas ambientais. Contudo, deve-se atentar para que, a celeridade da burocracia não venha beneficiar infratores.

É importante que o parágrafo § 3º, do Art. 225 da Constituição seja respeitado e cumprido para que não gere uma sensação de impunidade, abrindo precedentes para crimes ambientais. Sendo assim, ainda não se pode concluir de fato os impactos do decreto para o meio ambiente e sociedade (BURMANN, 2019). É certo que o antigo governo menospreza as comunidades tradicionais, até aqui foram citados muitos exemplos. Afetados pela destruição das áreas naturais os povos tradicionais foram devastados por esse governo que invadiu suas terras, negou seus direitos e tirou suas vidas os forçando a reagir e lutar pelo o que é seu por direito, juntando-se a ambientalistas, pesquisadores para denunciar a violência sofrida pelo governo de Bolsonaro (BARRETTO FILHO, 2020). Nesse contexto, é considerável analisar os impactos do PL nº 191/2020 a essas comunidades, focando principalmente nos povos indígenas.

Sendo um dos maiores exportadores de minerais do mundo, o Brasil se destaca como um dos maiores produtores de minério de ferro do mundo (MARINI, 2016). Existem mais de 100 minas de médio a grande porte, que atuam em sua maioria a céu aberto, havendo ainda muito potencial de produção mineral devido a geologia presente ao longo do país (MARINI, 2016). Devido a sua importância econômica, os incentivos para a atividade minerária crescem a cada ano, por outro lado, a oposição ambiental sobre os malefícios socioambientais advindos do processo minerário mostram como atividade é insustentável que pode gerar danos irreversíveis (BERMANN, 2016). Esse conflito entre mineração e meio ambiente é ainda pior quando a atividade acontece em áreas vulneráveis, como as terras indígenas.

O PL nº 191/2020 proposto pelo poder executivo regulamenta a exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos em reservas indígenas (BRASIL, 2020b), com a conversão de crescimento dessas terras, o governo pretendia explorar sem considerar o valor cultural e o sentimento de pertencimento das famílias viventes dentro dessas comunidades (SANTOS JÚNIOR, 2021). Não é somente o impacto ao solo, a contaminação das águas, a poluição do ar, é a retirada da humanidade dessas pessoas, é a violação do direito de ter uma qualidade de vida, é permitir a exploração desenfreada da região amazônica junto a destruição da história das tribos indígenas do Brasil que sofrem desde a colonização (ZANOL; VEIGA JUNIOR, 2021).

O governo de Bolsonaro justificou a proposta argumentando que as terras indígenas precisam de desenvolvimento (MOREIRA; VASCONCELOS, 2021). Contudo os indígenas não foram ouvidos durante o processo de construção do texto jurídico, sendo é uma norma de interesse político e econômico (MOREIRA; VASCONCELOS, 2021). Tal fato é visto nos requerimentos encaminhados a Agência Nacional de Mineração, e em 2021 foram identificados aproximadamente 2.500 pedidos, os quais 261 eram sobrepostas às Terras Indígenas; no mesmo ano o desmatamento ligado a mineração cresceu 62% na região amazônica, os dados são do relatório da Articulação dos Povos Indígenas e da *Amazon Watch*.

Os dados são preocupantes quando temos empresas como a Vale interessadas em explorar as TIs, que dentre vários processos, responde pelos desastres ambientais de Mariana e Brumadinho (FERNANDES *et al.*, 2019). Para alcançar os interesses das mineradoras e de quem investe em mineração no Brasil, o projeto de lei buscou por uma aprovação rápida na câmara, e em março de 2022 o poder executivo conseguiu aprovação do requerimento de urgência (BRASIL, 2020b). Vale mencionar que, o regime de urgência permite o projeto ser votado sem passar por uma comissão.

Esperava-se que o texto fosse votado em abril do mesmo ano, contudo, as comunidades resistiram e protestaram pelo direito de viverem em paz em suas terras, adiando o processo de votação (ANGELO, 2022). A votação urgente de leis mina o direito da sociedade civil à participação ativa na tomada de decisões. Este é outro fator que chama a atenção do atual governo, pois todas as decisões são tomadas de forma repentina sem considerar a opinião das pessoas que

serão afetadas, bem como desconsideram os estudos de anos da comunidade científica (RUARO *et al.*, 2021).

Junto ao PL citado anteriormente, também é alarmante o PL nº 3729/04 (tabela 3). A proposta apresentada primeiramente em 2004, voltou a ser discutida com maior fervor com a posse de Bolsonaro, tendo como foco flexibilizar o licenciamento ambiental. O tema tem sido bastante discutido, devido ao seu papel regulador na proteção do meio ambiente (JEREMIAS, 2019).

**Tabela 3.** Descrição da finalidade, mudanças e impactos das legislações propostas pelo governo Bolsonaro.

LEGISLAÇÃO	FINALIDADE	MUDANÇAS	IMPACTOS
Projeto de Lei nº 3729/04	Flexibilização do licenciamento ambiental	Licenciamento auto declaratório;	Impactos a fauna e flora e suas interações ecológicas;
		diminuição de licenças;	aumento de conflitos sociais;
		aumento do tempo de renovação de licenças;	aumento do desmatamento, da poluição;
		art. 9º prevê que atividade agropecuária não se sujeite ao licenciamento.	perda de habitat, fragmentação;
			diminuição do território indígena.

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

O licenciamento é um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA. Ele é requerido para a execução de obras, construções, instalações, e qualquer atividade que tenha potencial poluidor e/ou degradador, tendo como objetivo o controle prévio para a manutenção da qualidade ambiental, Art. 10 da Lei nº 6938/81 (BRASIL, 1981), sendo um dos recursos mais eficazes da prevenção ambiental (ROSADO, 2000).

Todavia, o processo licenciatório muita das vezes não ocorre como deveria. Para Vulcanis (2010) existem dois pontos de vista sobre o instrumento, ou ele é o empecilho para o desenvolvimento de atividades ou é o concedente de qualquer tipo de atividade. Segundo Paulsen (2017) os problemas técnicos enfrentados, resultam num processo lento e com muitas burocracias, para, além disto, também há necessidade de atender a interesses diversos, tendo que abarcar aspectos econômicos, ambientais e sociais. Santos (2022) afirma que os impasses para o bom funcionamento do licenciamento poderiam ser resolvidos com a criação

de uma lei geral. Sendo assim, devido a suas controvérsias, o licenciamento é alvo de muitas críticas, as quais dificultam sua efetiva aplicação e favorecem propostas como o projeto de lei aqui citado.

O projeto (tabela 3) prevê um licenciamento auto declaratório, a diminuição de licenças para acelerar a execuções de obras, aumento do tempo de renovação de licença; bem como simplificar todo o processo cujo empreendimento tenha baixo potencial de degradação, porém não indica como esse quesito será avaliado (BACK, 2016), O PL de nº 3729/04, foi aprovado em maio de 2021 pela câmara dos deputados, e segue em apreciação no senado, com regime de urgência (BRASIL, 2004).

Das alterações previstas várias apresentam prejuízos, os incisos XXVI e XXVII, do Art. 3º acrescenta a licença ambiental por Adesão e Compromisso (LAC), que nada mais é que, a possibilidade de auto licença, no inciso I, do Art. 21 não são nomeados quais os empreendimentos podem conseguir essa licença. O Art. 8º é um dos mais preocupantes, o qual trata da não sujeição de licenciamento. O artigo apresenta uma lista das atividades que não precisarão do licenciamento e representa um grande retrocesso para a gestão ambiental brasileira, os incisos IV e VI abrangem diversos os empreendimentos envolvidos e os impactos resultantes da recuperação de uma rodovia, por exemplo, não se leva em consideração a fauna e flora e conseqüentemente as suas interações, bem como os impactos a sociedade civil.

Atividades agropecuárias também não serão sujeitas ao licenciamento (Art. 9º), mostrando um enorme retrocesso, tendo em vista que, a agropecuária é responsável por diversos conflitos sociais, diminuição do território indígena, desmatamento, perda de habitat e fragmentação, queimadas e tantos outros problemas (SAMBUICHI, 2012; MESQUITA *et al.*, 2000). Outro ponto preocupante é o Art. 28, o qual prevê que:

no caso de atividades ou de empreendimentos localizados na mesma área de estudo, a autoridade licenciadora pode aceitar estudo ambiental para o conjunto e dispensar a elaboração de estudos específicos para cada atividade ou empreendimento (BRASIL, 2004).

É de extrema importância que cada atividade seja avaliada especificamente, de modo a introduzir medidas mitigadoras e punitivas, mesmo que certas atividades causam efeitos semelhantes, não podemos considerar um único estudo para uma área, pois os impactos podem ser diferentes. Além disso, os muitos riscos e impactos que uma única atividade pode causar têm sido difíceis de calcular, como garantir esses resultados no processo geral de avaliação.

Outros artigos da lei ainda demonstram a fragilização do licenciamento, por exemplo, o Art. 22 prevê anistia de crimes ambientais pelo uso da LOC - Licença de Operação Corretiva, e esse licenciamento ambiental corretivo, pode ser feito de maneira simplificada através da LAC - Licença Ambiental por Compromisso.

Diante de tantos pontos negativos, os art. 31, 32 e 33 tratam sobre o funcionamento de um sistema de informações e base de dados sobre o licenciamento, dentro do SINIMA - Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente. Um ponto positivo, já que muitas das vezes é difícil encontrar do EIA/RIMA (Estudo e Relatório de Impacto Ambiental) dos empreendimentos, a população deve ter acesso a essas informações, até para poder cobrar e fiscalizar. Esse processo ocorrendo todo por meio eletrônico o torna mais rápido seguro e acessível. Além disto, torna o processo mais claro.

Nota-se que os malefícios do PL são maiores que os benefícios, a simplificação de um processo tão importante representa um perigo. É claro que a processo licenciatório precisa ser revisado, devido aos entraves que dificultam a sua execução, por exemplo, problemas técnicos e operacionais, interesses políticos e econômicos que influenciam as tomadas de decisão, a falta muitas vezes de um bom estudo de impacto ambiental (EIA), e falta de um monitoramento (COSTA *et al.*, 2016). Contudo, as mudanças previstas não agregam, elas o enfraquecem.

É importante ressaltar que nos últimos anos o Brasil testemunhou diversos desastres ambientais que poderiam ser evitados se os instrumentos de proteção ambiental fossem usados de maneira efetiva. Flexibilizar o licenciamento pode tornar esses desastres ainda mais comum, gerando perdas irreparáveis para o meio ambiente e para as pessoas como aconteceu em Mariana - MG com o rompimento da barragem de fundão (WANDERLEY *et al.*, 2016).

Para que a flexibilizações das normas e leis fossem possíveis, os órgãos responsáveis por fiscalizar e aplicar sanções também precisam passar por

mudanças, sendo assim, foram propostas as Portarias nº 560/2020 e nº 411/2020, que tratam da centralização do IBAMA e código de conduta do ICMBio respectivamente. A Portaria nº 560/2020 foi publicada em março de 2022, e impôs restrição aos funcionários do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - IBAMA, de acordo com o Art. 10º os servidores só poderão ter contato com a imprensa por intermédio da assessoria de comunicação (BRASIL, 2020c), tal medida se mostra como uma censura aos funcionários.

Um instrumento semelhante foi estabelecido ao ICMBio, a portaria de nº 411/2020 estabeleceu o código de conduta do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que em seu inciso XVIII do Art. 7º proíbe a divulgação de estudos, pesquisas sem autorização prévia, o que demonstra a falta de transparência imposta aos servidores (BRASIL, 2020d). Tais obrigações submetidas aos órgãos reforçam que o governo tinha um plano de desmonte, e que o enfraquecimento e a censura desses órgãos colocam em risco a gestão ambiental, a luta pela sustentabilidade nacional, e a democracia (MATTOS, 2022; MONTEIRO *et al.*, 2022).

O Ministério do Meio ambiente não ficou de fora, com o Decreto nº 10455/2020 publicado em agosto de 2020, o órgão passou por uma reestruturação. O documento aprovou a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do ministério do meio ambiente e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança (BRASIL, 2020e).

O MMA deixou de ter um setor que trata das mudanças climáticas, o serviço florestal brasileiro - SFB passou a ser responsabilidade de outro órgão, bem como a agência nacional de águas - ANA, não há mais um setor que seja focado ao combate do desmatamento, dentre outras mudanças, o governo alega que o sobrecarregamento do órgão para tais mudanças, buscando assim melhorar o funcionamento (PERON; ZAIA, 2019). No entanto, a associação dos servidores públicos do Ministério do Meio Ambiente publicou nota em que afirma que, até a publicação do decreto, não tinham conhecimento e nem foram informados sobre as mudanças na estrutura do órgão, e que o mesmo tem sido violado desde início do atual governo com o objetivo de extingui-lo (ASCEMA, 2020).

Outra legislação que despertou atenção foi o Decreto nº 10935/2022 publicado no início de 2022 que dispõe sobre a proteção de cavidades naturais

subterrâneas existentes no território nacional (BRASIL, 2022). O novo decreto permite que cavernas consideradas de relevância máxima sofram impactos negativos irreversíveis, desde que autorizados pelo órgão ambiental licenciador, art. 4º, representando um perigo as espécies e aos serviços ecossistêmicos fornecidos por grutas, cavernas etc.

A Sociedade Brasileira para o Estudo de Quirópteros – SBEQ publicou uma nota técnica relatando sobre os prejuízos do novo decreto, como o risco de desaparecimento de espécies ameaçadas de extinção e espécies endêmicas. O decreto ainda afirma que somente atividades de utilidade pública poderão ser realizadas cavernas consideradas de relevância máxima, abrindo espaço para mineração. A Sociedade Brasileira de Espeleologia - SBE também publicou nota de repúdio ao decreto, informando que, semelhante as outras leis aqui já citas, eles não participaram da discussão do texto, e que o considera inconstitucional devido aos impactos negativos tanto a natureza quando a sociedade (SBE, 2022).

Para finalizar as sequências de leis questionáveis e controversas, temos o PL nº 6299/02 que voltou a ser comentado e que foi aprovado pela câmara em fevereiro de 2022, o qual trata da alteração de regras para registro de agrotóxicos (BRASIL, 2002). No Brasil, o registro de novos agrotóxicos bateu recorde em 2021, sendo 562 o número total, desses 33 são inéditos contendo uma lista extensa de agentes químicos (SALATI, 2022). Waltrich e Sobrinho (2017) afirmam que a medida caminha contra a sustentabilidade, causando impactos irreversíveis ao meio ambiente e a saúde humana.

São diversos os impactos desses defensivos agrícolas (RIGOTTO *et al.*, 2014), a aprovação dessa lei, representa um retrocesso gigantesco, já que países estão buscando formas mais tecnológicas e sustentáveis de produção, 81% dos agrotóxicos permitidos no Brasil são proibidos em países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (GUEDES, 2022). Além disto, o projeto de lei prejudica principalmente os grupos mais vulneráveis e beneficiando economicamente o setor do agronegócio.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As flexibilizações de leis da política ambiental brasileira, adotada durante o governo de Jair Bolsonaro, aponta que, o poder público é o maior influenciador das questões ambientais, indicando que durante seu mandato os interesses individuais, políticos e econômicos foram prioridades. A pauta ambiental não foi foco do governo e os acordos assumidos com essa temática não foram cumpridos, mesmo havendo demandas ambientais e sociais que indicam a urgência da conservação ambiental. As 11 normas e leis publicadas e ou/ em tramites até março de 2022, não deixam dúvidas do descaso do atual governo com a pauta verde e como há um plano de violações das normas legais.

O entendimento da necessidade de conservação é fundamental para que haja esforços em proteger a biodiversidade. Do ponto de vista ecológico, os prejuízos são incalculável. Tendo em vista a importância das áreas naturais para sobrevivência das espécies e suas interações ecológicas, as medidas do ex governo colocam em risco os biomas brasileiros, sua fauna e flora.

Ao editar a legislação, a gestão de Bolsonaro promoveu conflitos, mortes, destruição, crimes. Um governo que oprime os povos indígenas, fez da Amazônia um grande comércio para os empresários, que não permite que todos tenham acesso às áreas naturais que são garantidas por lei. Tais medidas indicam que mandato de Bolsonaro é autoritário e antidemocrático e demonstram a extrema importância da legislação, dos instrumentos, e órgãos ambientais, das comunidades tradicionais e sociedade em geral para a proteção ambiental.

A ecologia é fundamental para a construção da proteção ambiental, uma vez que, sem entender o funcionamento das áreas naturais e dos seres em que as habitam, não se pode propor estratégias de conservação. Através dos estudos em ecologia também se pode obter dados das principais ameaças, e áreas prioritárias à conservação. Os dados e informações ecológicas são a base para a construção e/ou alterações de leis e normas da política ambiental, logo, é essencial a utilização desses dados, bem como a valorização do profissional ecólogo e suas contribuições para a preservação do meio natural do país.

Uma legislação que o poia o desmatamento, apoia também a destruição de habitats, a fragmentação, a perda da variabilidade genética, a destruição de florestas, a extinção. Ignora as mudanças climáticas e as catástrofes ambientais.

Nega a importância dos povos tradicionais, sua cultura e conhecimento. O posicionamento e ações do atual governo causam repúdio e indignação daqueles que buscam todos os dias meios de colocar em prática a proteção ambiental. Diante do que foi exposto, dos impactos negativos identificados e das respostas sociais de tais medidas, é possível afirmar que Bolsonaro atualmente é maior inimigo das minorias e do meio ambiente.

Em suma, os trabalhos mostram o desmonte e o retrocesso da política ambiental do Brasil, apontando o governo Bolsonaro como inimigo da conservação. Desta forma, fica evidente a importância da ecologia política para compreensão dos impactos socioambientais de uma não preservação, bem como do direito ambiental sendo responsável por regular a relação do homem e meio ambiente. Logo, a ecologia aliada ao direito ambiental são ótimas ferramentas na busca da proteção ambiental.

São necessários que estudos ecológicos sobre impactos ambientais de empreendimentos, queimadas, desmatamento, gestão ambiental e sustentabilidade sejam cada vez mais frequentes, os quais possam reforçar a importância de se conservar. Sendo assim, o presente trabalho contribui com entendimento das alterações previstas e de seus impactos, bem como, reforça a urgência de um governo que tenha interesse em fazer do Brasil um exemplo em conservação.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, A. et al. Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais. p. 1-36, 2002.

AMORE, A. A. Revogação das Resoluções 284/2001, 302/2002 e 303/2002 do CONAMA: uma análise da ética estatal frente ao princípio da vedação ao retrocesso ambiental. Conteúdo Jurídico. 2021. online: Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/56235/revogao-das-resolues-284-2001-302-2002-e-303-2002-do-conama-uma-anlise-da-tica-estatal-frente-ao-principio-da-vedao-ao-retrocesso-ambiental>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

ANDRADE, J. E. B. et al. Os rastros da flexibilização da legislação ambiental brasileira. Revista Científica da Faculdade Quirinópolis, v. 2, n. 11, p. 223-239, 2021.

ANGELO, M. Após pressão do movimento indígena e recuo do mercado, PL 191 fica no congelador. Observatório da Mineração, 2022. online: Disponível em: <<https://observatoriodamineracao.com.br/apos-pressao-do-movimento-indigena-e-recuo-do-mercado-pl-191-fica-no-congelador/>>. Acesso em: 26 Jul 2022.

AGÊNCIA BRASIL. Veja a íntegra do discurso de Bolsonaro na 75ª assembleia geral da ONU. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-09/veja-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-75a-assembleia-geral-da-onu>>. Acesso em: 02 out 2022.

ARAÚJO, S. M. V. G. *Environmental Policy in the Bolsonaro Government: The Response of Environmentalists in the Legislative Arena*. Brasiliense Institute of Public Law, v. 14, p. 1-20, 2020.

ARAÚJO, Y. V. B. et al. Os retrocessos da política ambiental nacional. *Cadernos Eletrônicos Direito Internacional sem Fronteiras*, v. 2, n. 2, p. 1-23, 2020.

ASCEMA, Associação dos Servidores do Ministério do Meio Ambiente. *Nota dos servidores do MMA sobre mais uma reestruturação do Ministério do Meio Ambiente*. Disponível em: <<http://www.ascemanacional.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Nota-estrutura-MMA-2020.pdf>>. Acesso em: 28 Jul 2022.

AVILA, E. T. et al. O desmonte da política ambiental do Brasil: da boiada à desregulação dos mangues e restingas. *Revista Brasileira de Direito Urbanístico*[RBDU], v. 6, n. 11, p. 149-185, 2020.

BACK, C. M. O licenciamento ambiental e o princípio da precaução diante da incerteza científica. 2016. Disponível em: <<https://core.ac.uk/reader/43286890>>. Acesso em 10 jun 2022.

BARROS-PLATIAU, A. F. O Brasil na governança das grandes questões ambientais contemporâneas. 2011.

BELTRAMINO, A. A. et al. Impacto das mudanças climáticas na distribuição de um caracol terrestre gigante da América do Sul: previsão de tendências futuras para estabelecer prioridades de conservação na malacofauna nativa. *Climatic Change*, v. 131, p. 621-633, 2015.

BERMANN, C. Desafios sociais e ambientais da mineração no Brasil e a sustentabilidade. In: MELFI, A. J. et al. *Recursos Minerais no Brasil problemas e desafios* (org.). 2016. p. 364-375.

BLANK, D. M. P. O contexto das mudanças climáticas e as suas vítimas. *Mercator* (Fortaleza), v. 14, n. 2, p. 157-172, 2015.

BRANDÃO, R. S. *Análise das políticas públicas de conservação e preservação ambiental no Brasil: orçamento, desmatamento e legislação*. 2021. 35 f. Monografia. (Graduação em Bacharel em Ciência Política) - Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília- Distrito Federal, 2021. Disponível em: <[https://bdm.unb.br/bitstream/10483/29452/1/2021\\_RodrigoSantosBrandao\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/29452/1/2021_RodrigoSantosBrandao_tcc.pdf)>. Acesso em 18 jul. 2022.

BRASIL. *Constituição da república federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 05 out 2021.

BRASIL. Decreto 10455, de 11 de agosto de 2020. *Diário oficial da união. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Meio Ambiente e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança*. 2020e. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.455-de-11-de-agosto-de-2020-271717699>>. Acesso em 28 jul 2022.

BRASIL. Decreto nº 191, de 04 de fevereiro de 2019. *Câmara dos Deputados. Regulamenta o § 1º do art. 176 e o § 3º do art. 231 da Constituição para estabelecer as condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e para o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas e institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas*. 2020b. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2236765>>. Acesso em 29 Jul 2022.

BRASIL. Decreto nº 9.806, de 28 de maio de 2019. Diário oficial da união. Altera o Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, para dispor sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama. 2019a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-9806-de-28-de-maio-de-2019-141407444>. Acesso em: 24 Jul 2022.

BRASIL. Decreto nº 9760, de 11 de abril de 2019. Diário oficial da união. Altera o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações. 2019d. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137359/do1e-2019-04-11-decreto-n-9-760-de-11-de-abril-de-2019-71137323](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137359/do1e-2019-04-11-decreto-n-9-760-de-11-de-abril-de-2019-71137323). > Acesso em: 26 Jul 2022.

BRASIL. Decreto nº 10.935, de 12 de janeiro de 2022. Diário oficial da união. Dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional. 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.935-de-12-de-janeiro-de-2022-373591582>. Acesso em: 28 Jul 2022.

BRASIL. Instrução normativa nº 20, de 4 de julho de 2019. IBAMA. Altera a Instrução Normativa Ibama nº 9, de 25 de fevereiro de 2019. 2019b. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=138710>. Acesso em 28 Jul 2022. 06 out 2021.

BRASIL. Lei nº 6938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm). Acesso em: 06 out 2021.

BRASIL. Medida provisória nº 910, de 10 de dezembro de 2019. Diário oficial da união. Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos. 2019c. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-910-de-10-de-dezembro-de-2019-232671090>. Acesso em: 25 Jul 2022. BRASIL. Portaria 560, de 27 de fevereiro de 2020. Trata das ações e atividades de comunicação social do Ibama e dos canais de comunicação institucional. IBAMA. 2020c. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&force=1&legislacao=138699>. Acesso em 29 Jul 2022.

BRASIL. Portaria 411, de 13 de maio de 2020. Diário oficial da união. Aprova o Código de Conduta Ética dos Agentes Públicos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade Processo SEI (02070.011088/2019-13). 2020d. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-411-de-13-de-maio-de-2020-257034076>. Acesso em: 28 Jul 2022.

BRASIL. Projeto de lei nº 6299, 13 de março de 2002. Câmara dos Deputados. Altera os arts 3º e 9º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. 2002. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=46249>. Acesso em: 27 Jul 2022.

BRASIL. Projeto de lei nº 3.729, de 2004. Câmara dos Deputados. Dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências. 2004. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2013161](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2013161). Acesso em 27 Jul 2022.

BRASILEIRO, S. H.; CAIANA, C. R. A.; NETO, F. das C. B. MARACAJÁ, P. B. O instituto da conciliação como alternativa para a resolução de litígios à luz do Decreto nº 9.760/2019. Rev. Bras. de Gestão Ambiental (Pombal, PB), v. 14, n. 01, p. 119- 126, 2020.

BRITO, B.; BARRETO, P. *Nota técnica sobre Medida Provisória n.º 910/2019*. Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), p. 1-12, 2020.

BRITO, I. B. et al. *A gestão das políticas ambientais públicas e sua influência na qualidade de vida*. 2005. 87 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/Ludimila/Documents/Univasf/TCC/para%20ultima%20vers%C3%A3o%20artigos/225004.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2022.

BURMANN, A. *Uma análise do Decreto 6.514/08, que altera regras para multas ambientais*. Consultor Jurídico. 2019. online. Disponível em: <[https://www.conjur.com.br/2019-jun-01/alexandre-burmann-analise-decreto-multas-ambientais#\\_ftn11](https://www.conjur.com.br/2019-jun-01/alexandre-burmann-analise-decreto-multas-ambientais#_ftn11)>. Acesso em 25 jul 2022.

CERQUEIRA, R. *A constitucionalidade do Decreto Nº 9.806*. Rocha Cerqueira sociedade de advogados. 2021. online. Disponível em: <[https://rochacerqueira.com.br/a-constitucionalidade-do-decreto-no-9806/#:~:text=Fica%20demonstrado%20que%20intr%C3%ADnseco%20%C3%A0s,federados%20\(estados%20e%20munic%C3%ADpios\).>](https://rochacerqueira.com.br/a-constitucionalidade-do-decreto-no-9806/#:~:text=Fica%20demonstrado%20que%20intr%C3%ADnseco%20%C3%A0s,federados%20(estados%20e%20munic%C3%ADpios).>)>. Acesso em: 21 Jul 2022.

CHAGAS, E. *MP da regularização fundiária perde validade e é substituída por projeto de lei*. Agência senado. Online. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/20/mp-da-regularizacao-fundiaria-perde-validade-e-e-substituida-por-projeto-de-lei#:~:text=MP%20da%20regulariza%C3%A7%C3%A3o%20fundic%C3%A1ria%20perde%20validade%20e%20%C3%A9%20substitu%C3%ADda%20por%20projeto%20de%20lei,Compartilhe%20este%20conte%C3%BAdo&text=A%20Medida%20Provis%C3%B3ria%20910%2F2019,dos%20Deputados%20e%20do%20Senado>>. Acesso em: 26 Jul 2022.

COSTA, A. et al. *Licenciamento Ambiental de Grandes Empreendimentos Minerários: Dos Alarmes que Ninguém Escuta à Tragédia no Rio Doce*. Revista Geografias, p. 95–113, 2016.

CUNHA, P. R. *Uma política pública de privatização e degradação da Amazônia disfarçada de regularização fundiária: uma análise sobre a evolução da Lei Federal nº 11.952/2009*. Confins. Revista franco-brasileira de geografia, n. 52, 2021.

ESTERCI, N. et al. *O legado conservacionista em questão*. Revista Pós Ciências Sociais, v. 6, n. 12, p. 15–40, 2009.

FEARNSIDE, P. M. *Retrocessos sob o Presidente Bolsonaro: um desafio à sustentabilidade na Amazônia*. Sustentabilidade International Science Journal, v. 1, n. 1, p. 38–52, 2019.

FERNANDES, L. et al. *Histórico de violações da Vale vai muito além de Mariana e Brumadinho*. Brasil de fato. 2019. online. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/01/29/historico-de-violacoes-da-vale-vai-muito-alem-de-mariana-e-brumadinho>>. Acesso em 23 Jul 2022.

FERNANDES, N. L. *Vedação do Retrocesso Ambiental e inovações legislativas*. 2022. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/21537/1/Vedac%cc%a7a%cc%83o%20do%20Retrocesso%20Ambiental%20e%20inovac%cc%a7o%cc%83es%20legislativas.pdf>>. Acesso em 21 Jul 2022.

FERREIRA, G. F. *Políticas ambientais em chamás: uma análise sobre as políticas ambientais no governo Bolsonaro e suas consequências para o Brasil e suas Relações Internacionais*. 2021. 65 f. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/24702/1/TCC%20%20Gabriela%20Ferreira%20-%20Rela%cc%a7%C3%b5es%20Internacionais.pdf>>. Acesso em 20 Jul 2022.

FILHO, J. A. *Reação conservadora, desequilíbrio pulsional e barbárie no Brasil (2016-2020)*. In: AUGUSTO, Diogo L. L. et al. (org.). *Democracia brasileira em questão: enredos, conflitos e perspectivas*. p. 55-70, 2020.

FILHO, H. T. B. *Bolsonaro, Meio Ambiente, Povos e Terras Indígenas e de Comunidades Tradicionais: uma visada a partir da Amazônia*. *Cadernos de Campo* (São Paulo-1991), v. 29, n. 2, p.1-9, 2020.

FRANCHINI, M.; et al. *De Lula a Bolsonaro: uma década de degradação da governança climática no Brasil*. n. 99, p. 81-100, 2020.

FREITAS, E. G. *O que muda com o novo Decreto Federal nº 9.760/2019 que prevê Audiência Conciliatória Ambiental*. Jusbrasil. 2019. online: Disponível em:< <https://ericksong.jusbrasil.com.br/artigos/710796520/o-que-muda-com-o-novo-decreto-federal-n-9760-2019-que-preve-audiencia-conciliatoria-ambiental>>. Acesso em: 25 Jul 2022.

FURRIELA, R. B. *O movimento ambientalista no Brasil: evolução histórica e o desafio do equilíbrio socioambiental*. In: FANY, Ricardo (org.). *Terras Indígenas&Unidades de Conservação*, p. 64-65, 2004.

GUEDES, A. *Pesquisadores se posicionam contra aprovação do PL dos Agrotóxicos*. Agência Senado. 2022. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/04/26/pesquisadores-se-posicionam-contraprovaodopldosagrototoxicos>>. Acesso em: 27 Jul 2022.

HARTWING, E. M. *Decretos 9.759/19 e 9.806/19 e a violação aos princípios da participação popular e da proibição do retrocesso ambiental*. *Cadernos Eletrônicos Direito Internacional sem Fronteiras*, v. 2, n. 2, p.1-21, 2020.

HENKES, S. L. *A política, o direito e o desenvolvimento: um estudo sobre a transposição do Rio São Francisco*. *Revista Direito GV*, v. 10, p. 497-534, 2014.

JEREMIAS, F. R. *A importância do licenciamento ambiental e da obediência aos princípios ambientais como forma de assegurar a atividade econômica compatível com a proteção ao meio ambiente*. 2019. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Araranguá, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/7570/1/Monografia%20-%20F%20c3%a1bio%20da%20Rosa%20Jeremias.pdf>>. Acesso em mar 2022.

KLUCK, E. G. J. *Terra e Floresta em foco: Percursos recentes da regularização da terra e anistia a crimes ambientais*. *Revista da ANPEGE*, v. 16, n. 29, p. 681- 711, 2020.

LOVATO, M. *Decreto centraliza no poder público federal as diretrizes ecológicas do país*. Consultor Jurídico. 2019. online: Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2019-jul-10/marcos-lovato-decreto-centraliza-diretrizes-ecologicas-poder-publico>>. Acesso em: 21 Jul 2022.

MARCOVITCH, J. et al. *Bioma Amazônia: atos e fatos*. *Estudos Avançados*, v. 34, p. 83-106, 2020.

MARIN, E. F. B. et al. *Direito ao meio ambiente e mudanças climáticas: o constitucionalismo brasileiro e o acordo de Paris*. *Revista de Direito Econômico e Socioambiental*, v. 11, n. 2, p. 254-287, 2020.

MARINI, J. O. *Potencial Mineral do Brasil*. In: MELFI, A. J. et al. *Recursos Minerais no Brasil problemas e desafios* (org.). 2016. p.18-31.

MARTINS, C. H. B. et al. *Da Rio-92 à Rio+ 20: avanços e retrocessos da agenda 21 no Brasil*. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 42, n. 3, p. 97-108, 2015.

MATTOS, A. J. N. Atentados ao estado democrático de direito agroambiental brasileiro por escolhas trágicas: do esboçado país das maravilhas de alice à realidade de inferno de dante. *Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*, v. 19, n. 43, 2022.

MENEZES, R. G. et al. Governança ambiental sob Bolsonaro: desmantelando instituições, restringindo a participação, deslegitimando a oposição. *Jornal de Política Comparada*. v. 15, n. 2, pág. 229-247, 2021.

MESQUITA, H. A. et al. Indicadores de impactos das atividades agropecuárias. *Informe Agropecuário*, v. 21, n. 202, p. 57-71, 2000.

MONTEIRO, A. N. G. et al. Impasses e desafios da regularização fundiária para comunidades tradicionais na Amazônia. *Retratos de Assentamentos*, v. 22, n. 2, p. 39-62, 2019.

MONTEIRO, R. R. et al. Direito e Política Nacional Do Meio Ambiente: Os desafios enfrentados na atualidade no Brasil (2019-2021). *Pesquisa, sociedade e desenvolvimento*. v. 11, n. 7, p.1-13, 2022.

MOREIRA, N. C. et al. Regime jurídico de mineração, racionalidade antinatura e neoextrativismo. *Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*, v. 18, n. 42, p.331-359, 2021.

NASCIMENTO, L. P. Conferências das Nações Unidas e política ambiental global: o protagonismo brasileiro. 2014. 98 f. Dissertação (Mestrado em Política Internacional e Política Externa) - Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, João Pessoa- Paraíba, 2014. Disponível em: <<https://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgri/files/2022/03/Lusimeire.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2022.

NETO, J. et al. O elogio da ignorância: ascensão da extrema direita no Brasil após as eleições de 2018. 2022. Disponível em: <[https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/10211/4/DIS\\_CARLOS\\_OLIVEIRA\\_JACQUES\\_NETO\\_COMPLETO.pdf](https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/10211/4/DIS_CARLOS_OLIVEIRA_JACQUES_NETO_COMPLETO.pdf)>. Acesso em 18 jun 2022.

NOGUEIRA, S. G. et al. A imagem ambiental do Brasil no governo Bolsonaro: análise de uma percepção latino-americana. *Sul Global*, v. 1, n. 2, p. 31- 63, 2020.

NUNES, F. A. Medida Provisória 910/2019 e os descaminhos para o desmatamento e a legalização de terras griladas na Amazônia. *Revista Espaço Acadêmico*, v.20, n. 224, p. 286-300, 2020.

PAULSEN, S. S. O processo de licenciamento ambiental, seus procedimentos, protocolos e parâmetros técnicos: lições e recomendações. *In*: COSTA, M. A.; KLUG, L. B.; PAULSEN, S. S. Licenciamento Ambiental e Governança Territorial registros e contribuições do seminário internacional (org.). 2017. p. 21-29.

PEREIRA, V. C. O novo código florestal brasileiro: dilemas da consciência ecológica em torno da proteção ambiental. v. 18, p. 211-228, 2013.

PERON, I. et al. MMA perde força com mudanças na estrutura. Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento- AESBE. 2019. Disponível em:< <https://aesbe.org.br/novo/mma-perde-forca-com-mudancas-na-estrutura/>>. Acesso em 27 Jul 2022.

PINTO, G. E.; et al. O Antropoceno e a mudança climática: a percepção e a consciência dos brasileiros segundo a pesquisa Ibope. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 54, p. 1-25, 2020.

PINTO, L. P.; et al. Mata Atlântica Brasileira: os desafios para conservação da biodiversidade de um hotspot mundial. *Biologia da conservação: essências*. São Carlos: RiMa, p. 1-28, 2006.

RIBEIRO, A. F. A. A regularização fundiária na amazônia brasileira: quanto vale ou é por quilo?. *GeoGraphos: Revista Digital para Estudantes de Geografia e Ciências Sociais*, v. 12, n. 135, p. 72-95, 2021.

RIGOTTO, R. M.; et al. **Uso de agrotóxicos no Brasil e problemas para a saúde pública.** Cadernos de Saúde Pública, v. 30, p. 1-3, 2014.

ROCHA, D. F. et al. **A vulnerabilização dos povos indígenas frente ao COVID-19: autoritarismo político e a economia predatória do garimpo e da mineração como expressão de um colonialismo persistente.** P. 1-17, 2020.

ROMEIRO, A. R. **Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica.** Estudos avançados, v. 26, p. 65-92, 2012.

ROSADO, D. L. **Licenciamento ambiental federal: procedimentos, problemas e avanços.** 2000. 133 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Política Ambiental) – Universidade de Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/teses/derleilopesrosadodissertacao.pdf>>. Acesso em 17 jul. 2022.

RUARO, R. et al. **Licenciamento ambiental do Brasil condenado.** 2021. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Philip-Fearnside/publication/358063870\\_Licenciamento\\_ambiental\\_do\\_Brasil\\_condenado/links/61eefebdafc25fd4b2d9a/Licenciamento-ambiental-do-Brasil-condenado.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Philip-Fearnside/publication/358063870_Licenciamento_ambiental_do_Brasil_condenado/links/61eefebdafc25fd4b2d9a/Licenciamento-ambiental-do-Brasil-condenado.pdf). Acesso em 25 Jul 2022.

SALATI, P. **Após novo recorde, Brasil encerra 2021 com 562 agrotóxicos liberados, sendo 33 inéditos.** G1. 2022. online: Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2022/01/18/apos-novo-recorde-brasil-encerra-2021-com-562-agrotoxicos-liberados-sendo-33-ineditos.ghtml>>. Acesso em: 27 Jul 2022.

SAMBUICHI, R. H. R. et al. **A sustentabilidade ambiental da agropecuária brasileira: impactos, políticas públicas e desafios.** Texto para Discussão, 2012.

SANTOS, W. E. J. D. **Direito ambiental: o atual licenciamento ambiental e as inovações do novo projeto de Lei n 3.719/2004.** 2022. 25 f. Trabalho de Curso I e II (Graduação em direito) - da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GOIÁS), Goiânia-GO, 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/4137/1/WESLANY%20EULIN%20DA.pdf>. Acesso em: 25 Jul 2022.

SANTOS JÚNIOR, M. K. **Conjuntura legislativa da mineração em terras indígenas no Brasil.** 2021. 40 f. Monografia (Graduação em Direito) - Faculdade de Inhumas (FACMAIS), Inhumas, 2021. Disponível em: <http://65.108.49.104/bitstream/123456789/391/1/TCC%20MICHAEL-convertido-compactado.pdf>>. Acesso em: 25 Jul 2022.

SBE, Sociedade Brasileira de Espeleologia. **Nota pública sobre o decreto nº 10.935/22.** Disponível em: [https://www.cavernas.org.br/noticia\\_sbe/nota-publica-sobre-o-decreto-no-10-9352022/#:~:text=o%20decreto%20federal%20n%C2%BA%2010.935,que%20%C3%A9%20de%20interesse%20ambiental.>](https://www.cavernas.org.br/noticia_sbe/nota-publica-sobre-o-decreto-no-10-9352022/#:~:text=o%20decreto%20federal%20n%C2%BA%2010.935,que%20%C3%A9%20de%20interesse%20ambiental.>). Acesso em: 28 jul 2022. SCANTIMBURGO, A. **O desmonte da agenda ambiental no governo Bolsonaro.** Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, v. 52, p. 103-117, 2018.

SILVA, D. C. et al. **Impactos ambientais causados pela mineração.** III Seminário “Ensino, Pesquisa & Cidadania em convergência. v 4, p. 43-50. Disponível em: <[https://www.famesc.edu.br/biblioteca/pesquisa-producao\\_cientifica/III%20SEMIN%C3%81RIO%20ENSINO,%20PESQUISA%20&%20CIDADANIA%20-%20V.%204.pdf#page=43](https://www.famesc.edu.br/biblioteca/pesquisa-producao_cientifica/III%20SEMIN%C3%81RIO%20ENSINO,%20PESQUISA%20&%20CIDADANIA%20-%20V.%204.pdf#page=43)>. Acesso em: 25 Jul 2022.

SILVA, L. M. B.; et al. **Do global ao contexto nacional: evolução da política ambiental brasileira.** Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, v. 6, n. 14, p. 593- 608, 2019.

SILVA, A. H. da. **A importância do cumprimento das normas ambientais para garantir o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente sustentável no Brasil.** p. 1-25 2021.

SILVA, J. J. **UMA QUESTÃO AMBIENTAL**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 8, n. 2, p. 1121-1137, 2022.

SILVA, M. R. et al. Bolsonaro e a COVID-19: e daí?"o Brasil tá matando o Brasil","do Brasil, SOS ao Brasil","chora a nossa pátria, mãe gentil..." *Motrivivência*, v. 32, n. 62, p. 01-19, 2020.

SOARES, T. M. **A influência do Governo Federal no combate ao desmatamento em municípios da lista prioritária do PPCDAm**. 2020. 81 f. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Ciências Ambientais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <[https://bdm.unb.br/bitstream/10483/28850/1/2020\\_ThaisMamedeSoares\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/28850/1/2020_ThaisMamedeSoares_tcc.pdf)> Acesso em: 20 jul. 2022.

SOUZA, R. S. de. **Evolução e condicionantes da gestão ambiental nas empresas**. Revista eletrônica de administração, v. 8, n. 6, p. 1-22, 2002.

TAMBOSI, R. L. et al. Identificação de áreas para o aumento da conectividade dos remanescentes e unidades da conservação da Mata Atlântica. *In*: Cunha, A. A. et al. (orgs.). **Mapeamentos para a conservação e recuperação da biodiversidade na Mata Atlântica: em busca de uma estratégia espacial integradora para orientar ações aplicadas**. 2013. p. 33-83. Disponível em:< [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/41/41134/tde-29052014-112453/publico/Leandro\\_Tambosi\\_COMP.pdf#page=39](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/41/41134/tde-29052014-112453/publico/Leandro_Tambosi_COMP.pdf#page=39)>. Acesso em 25 Jul 2022.

TELES, W. S. et al. Como as distribuições de espécies nativas e invasoras serão afetadas pelas mudanças climáticas? Insights de caracóis terrestres gigantes da América do Sul. *Diversity*, v. 14, p. 467, 2022.

TORRES, M. et al. **Ilegalidade em moto contínuo: o aporte legal para destinação de terras públicas ea grilagem na Amazônia**. *In*: **A grilagem de terras na formação territorial brasileira**, p. 202-221, 2020.

UHR, J. G. Z. et al. **Infrações ambientais e a reputação do regulador: análise em dados de painel para o Brasil**. Estudos Econômicos (São Paulo), v. 44, p. 69-103, 2014.

VALE, M. M. et al. Mudanças climáticas: desafios e oportunidades para a conservação da biodiversidade brasileira. *Oecologia Australis*, v. 13, n. 3, p. 518-535, 2009.

VIEIRA, B. M. **O movimento ambientalista frente às reconfigurações políticas e sociais no Brasil (1985-2002)**. Estudos de Sociologia, v. 21, n. 40, p.117-135, 2016.

VIOLA, E. **A globalização da política ambiental no Brasil, 1990-1998**. CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS DA AMÉRICA LATINA. 1998. p. 1-24.

VIOLA, E. et al. **O sistema internacional no Antropoceno**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 31, n. 32, 2016.

VULCANIS, A. **Os problemas do licenciamento ambiental e a reforma do instrumento**. *In*: 14º Congresso Internacional de Direito Ambiental. Florestas, Mudanças Climáticas e Serviços Ecológicos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, p. 27-42, 2010.

WALTRICH, D. Q.; SOBRINHO, L. L. P. **O desmonte da legislação de agrotóxicos e as ameaças para a sustentabilidade**. Revista de Direito e Sustentabilidade, v. 3, n. 2, p. 141-160, 2017.

WANDERLEY, L. J. et al. **Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce: aspectos econômicos, políticos e sócio ambientais**. Ciência e Cultura, v. 68, n. 3, p. 30-35, 2016.

WINCKLER, S. T. et al. **Re-significação dos princípios do direito ambiental a partir da ecologia**. Sequência: estudos jurídicos e políticos, v. 29, n. 56, p. 123-150, 2008.

ZANOL, J. L. S. et al. A tutela constitucional do meio ambiente à luz do Projeto de Lei nº 191/2020. *Academia de Direito, [S. l.]*, v. 3, p. 954–971, 2021.

ZENERATTI, F. L. O acesso à terra no Brasil: reforma agrária e regularização fundiária. *Revista Katálysis*, v. 24, n.3, p. 564-575, 2021.